

**TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS
COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA**

***THEORY, METHODOLOGY AND POSSIBILITIES: NEWSPAPERS AS SOURCE
AND PURPOSE OF HISTORICAL RESEARCH***

Carlos Henrique Ferreira Leite*

RESUMO

Nas últimas décadas, os estudos relativos à imprensa, especificamente no Brasil, tem se disseminado de forma cada vez mais crescente nos diversos campos de ensino e pesquisa. No campo da História, os periódicos tem ocupado um papel central na pesquisa histórica, o que leva os historiadores a fazer uma história não apenas da imprensa, mas também por meio da imprensa. Neste artigo, o objetivo é apresentar uma reflexão acerca dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa histórica na historiografia contemporânea. A partir das discussões teórico-metodológicas, buscamos analisar e problematizar os limites, possibilidades e contribuições dos periódicos no fazer histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Jornais; Fonte.; Objeto de pesquisa; imprensa.

ABSTRACT

In recent decades, studies on the press - specifically in Brazil - have been spreading ever more increasingly in the various fields of teaching and research. In the field of History, the newspaper has played a central role in historical research, leading historians to make a history not only of the press, but also through the press. This article aims at presenting a reflection on the newspapers as a source and a historical research object in contemporary historiography. From the theoretical and methodological discussions, we analyze and discuss the limits, possibilities and contributions of newspapers in the making of history.

KEYWORDS: Newspapers; source; research object; press.

* Graduado em História e Especialista em Patrimônio e História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, é mestrando em História Social pela mesma universidade, bolsista CAPES DS 2015/2016. E-mail: carlos.historia.uel@gmail.com.

Introdução

Ao elaborarmos uma reflexão acerca da história da imprensa periódica no Brasil, partimos de um dos temas mais debatidos nas últimas décadas pela historiografia contemporânea: O uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. No cerne destas discussões entre os historiadores da imprensa, busca-se identificar e problematizar a sua relevância para o conhecimento histórico, partindo das seguintes questões: Quais são os seus limites? Quais as possibilidades? Quais os procedimentos teórico-metodológicos mais adequados? Como e onde o historiador pode chegar ao interpretar os fatos e eventos passados por meio da imprensa?

Estas discussões e questionamentos revelam a importância que a imprensa tem adquirido, gradativamente, para o conhecimento histórico¹ na atualidade. Segundo as historiadoras Silvia Fonseca e Maria Corrêa, “parece trivial nos dias de hoje ressaltar a centralidade da imprensa periódica para a pesquisa histórica” (2009, p. 7). Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural.

A expansão das pesquisas nos últimos anos por meio da imprensa tem como um dos fatores principais, a formação, constituição, restauração e preservação de coleções de periódicos de vários tipos e épocas em bibliotecas, museus, centros de documentação e órgãos de imprensa².

¹ A importância da imprensa como objeto e fonte de pesquisa, não se restringe apenas ao campo do conhecimento histórico na atualidade, ao qual discutimos neste artigo, mas também nos diversos e diferentes campos de pesquisa e ensino das ciências sociais e humanas.

² Os jornais como O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, disponibilizam o acesso ao acervo on-line das edições antigas e históricas de seus periódicos. Por meio de ferramentas de pesquisa, permitem também a busca por temas por datas ou palavras-chave, possibilitando ao pesquisador encontrar matérias específicas sobre o assunto abordado. Dentre os jornais mencionados, apenas o Jornal do Brasil disponibiliza o acesso gratuito ao acervo.

Devidamente organizados e catalogados, estas instituições tem facilitado o acesso a estas fontes por estudantes e pesquisadores, por meio físico e digital. Neste sentido, os estudos relativos à imprensa tem se disseminado cada vez mais na produção do conhecimento, podendo ser constatados seus usos em inúmeras obras, projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.³

A “invasão” da imprensa no ambiente acadêmico nas últimas décadas e as inúmeras obras produzidas até então, tem como ponto de partida a relação da própria imprensa periódica com a história do Brasil, datada desde o início do século XIX. Em suas análises sobre a *História da Imprensa no Brasil*, as historiadoras Ana Martins e Tania de Luca destacam:

Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto- explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (2008, p. 8).

E como discutiremos neste trabalho, a imprensa não apenas interfere nas questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de idéias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo.

No entanto, embora a história da imprensa no Brasil tenha completado dois séculos recentemente, apenas nas últimas décadas do século XX, com a revolução no interior da disciplina histórica, seu valor real enquanto fonte e objeto de pesquisa foi reconhecido nos campos de estudos da historiografia contemporânea, contribuindo para os novos desafios e propostas sobre os estudos do passado.

³ Não apenas os jornais de grande circulação tem sido objeto de análise pelos historiadores. Além da grande imprensa, os pequenos jornais locais de circulação restrita e limitada tem subsidiado a historiografia em diversos campos não alcançados pelos jornais de grande circulação.

Imprensa Periódica e Historiografia: Concepções a partir da Nova História

O reconhecimento da importância da imprensa pelos historiadores, enquanto fonte e objeto de pesquisa tem como marco a década de 1970, período em que emergiram novas tendências historiográficas, revolucionando a historiografia para a incorporação de novos problemas, objetos e abordagens e redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano.

Segundo Tania de Luca, “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil” (2005, p. 111). Mesmo com o reconhecimento da importância dos impressos na formação do país desde o início do século XIX, representada por uma extensa produção bibliográfica⁴, diversos fatores no núcleo da disciplina histórica ofereciam resistência a escrita da História por meio da imprensa.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo (2005, p. 112).

No entanto, até a primeira metade do século XX, era possível identificar posturas contraditórias dos historiadores em relação aos periódicos. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, “os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade” (1988, p. 21).

⁴ Dentre as principais obras de referências ao tema, temos a História da Imprensa no Brasil, do historiador Nelson Werneck Sodré, de 1967.

De um lado, os pesquisadores desprezavam os periódicos por considerá-los um documento subordinado aos grupos dominantes, reproduzindo apenas seus interesses e ideologias, de outro, a imprensa representaria o espelho da realidade, imparcial e neutra, reproduzindo os eventos tal qual como ocorreram. Tania de Luca ressalta:

Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar -, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam a prudência e faziam que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes. Outros, por seu turno, encaravam as recomendações com grande ceticismo, uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos. Assim, ainda que por motivos muito diferentes, tais leituras contribuía para alimentar o desprezo que os profissionais da área seguiam conferindo a imprensa (2005, p. 116).

Estas posturas perante o documento começaram a ser criticadas na segunda metade do século XX, e entraram em decadência junto com a noção tradicional de documento como espelho do real, da verdade e da objetividade.

As duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Novas concepções e perspectivas sobre a imprensa periódica surgiram a partir da revolução historiográfica na década de 1970, conhecida como a “Nova

História”⁵, marcada pelas críticas a História tradicional, que direcionaram os novos rumos da historiografia contemporânea. Foi a partir da terceira geração dos Annales, com a renovação marxista e os estudos de Michel Foucault, que a historiografia abriu-se ao campo de novos objetos, problemas e abordagens. O diálogo com outras disciplinas das ciências humanas e o processo de expansão do campo de pesquisa dos historiadores com as renovações temáticas, trouxeram importantes contribuições metodológicas para a História, além de levar o historiador a repensar as fronteiras e as fontes da disciplina histórica. Neste sentido, “se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências”(BURKE, 1992, p.14).

As novas propostas temáticas e seus diversos tipos de abordagens ampliaram o universo das fontes e a imprensa periódica passou a ser considerada umas das principais fontes de pesquisa histórica. Mas o que ela poderia oferecer frente aos novos problemas investigados pela História? Quais as possibilidades?

Teoria: Novos olhares para a imprensa periódica

O estudo da fonte jornalística a partir das novas visões e problemas colocados pela Nova História, permitiu aos historiadores superarem as visões tradicionais do início do século XX e explorar diversos campos para novas reflexões e problemáticas sobre as sociedades do passado. Os jornais passaram a ser vistos como “fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 1988, p.20). Desta forma, um novo olhar sobre a imprensa enquanto fonte e objeto de pesquisa ampliaram as formas de visão e compreensão da História por meio dos periódicos, assim como seu papel na formação e construção nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nas últimas décadas, por exemplo, os estudos dos periódicos têm contribuído para uma renovação da historiografia política e econômica da História do

⁵ Segundo Peter Burke (1992), o termo nova história é a história escrita como uma reação às limitações do “paradigma tradicional” ou “história rankeana” com enfoque essencialmente político, que agora teria como objeto toda a atividade humana.

Brasil, assim como para a abertura de novos campos e temáticas até então pouco abordadas. Como bem destacam Silvia Fonseca e Maria Correa:

Inscrita no processo de diversificação de fonte já apontado ao menos desde a década de 1970, a leitura dos jornais ganhou novo impulso no âmbito da revitalização da história política e, mais recentemente, devido ao interesse, ainda discreto, demonstrado pelos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil pela história dos conceitos. Efetivamente, a imprensa tem se revelado uma fonte preciosa para atestar não apenas a disputa em torno da redefinição de significados dos conceitos políticos, mas, sobretudo, para avaliar os modos de pensar e persuadir em distintos momentos históricos. [...] Todavia, a consulta aos periódicos também se mostrou imprescindível na esfera da história econômica, considerando-se o registro e a avaliação de dados relativos ao comércio interno e externo que, ao lado das fontes cartoriais, permitiram renovar os estudos sobre a escravidão e o tráfico de escravos, a constituição de fortunas e a concentração de riqueza no Oitocentos (2009, p.7).

Neste sentido, Tânia de Luca também ressalta:

As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos (2005, p.128).

Com as renovações e diversificações temáticas, os jornais também têm sido utilizados para abordagens em outros campos da História para além dos eixos políticos e econômicos, contribuindo, por exemplo, para estudos sociais, culturais, literários e de gênero. Observa-se assim, “uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa” (De Luca, 2005, p. 126).

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos.

Há muitas maneiras de se estudar a história das idéias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes de idéias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que

se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais, e etc. (CAPELATO, 1988, p. 34).

Aos jornais mais antigos e de circulação em pequenas cidades, mesmo a sessão de anúncios e propagandas fornecem importantes dados históricos sobre o tipo de comércio praticado em determinadas regiões, assim como a localização muitas vezes com endereço de bares, lojas, sorveterias, armazéns, hotéis, farmácias, oficinas, estabelecimentos residenciais e comerciais, permitindo até mesmo um mapeamento da região estudada correspondente à época.

Dentre outras características, os jornais não apenas podem fornecer dados sobre as sociedades do passado, mas também comentam e participam da História, dos processos e conjunturas ao qual estão inseridos. Em suas análises sobre o papel da imprensa na França durante a Revolução Francesa, o historiador estadunidense Robert Darnton, destacou que “os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como ingrediente do acontecimento” (1989, p. 15). Darnton chama a atenção para a função ativa que os jornais e revistas podem desempenhar nos rumos, nos costumes e nas decisões das sociedades, devendo o historiador observar a sua inserção histórica e força ativa na vida moderna.

Em seu artigo *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*, as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto ressaltam que os periódicos devem ser entendidos como linguagem e prática constitutiva do social, formados por historicidade e particularidades próprias. Neste sentido, elas destacam que:

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos

históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (2007, p. 257).

Nelson Werneck Sodré, já destacava que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (1977, p. 1). O controle dos meios de difusão de idéias e de informações se constitui, segundo ele, em uma luta de organizações e pessoas nas diferentes esferas sociais, políticas e culturais, correspondendo a interesses e aspirações. Desta forma, os jornais deixam de ser considerados apenas fontes de informações e pesquisas e passam a ser problematizados cada vez mais como objetos de estudo. Esta visão da imprensa como um instrumento participativo no meio ao qual se insere, demonstram um grande campo a ser revisto e explorado pelos historiadores. Qual o papel do jornal ‘X’ no acontecimento ‘Y’? De que forma este periódico atuou neste processo? Estas indagações compõe o manual dos historiadores da imprensa periódica, que no seu papel em sociedade, atua:

No fomento á adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos, etc.; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade ; na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadoria e produção das marcas (CRUZ;PEIXOTO, 2007, p.259).

Como podemos observar, a imprensa atua em diversos setores e fatores, se constituem como uma força política, veículos formadores de opinião e mediadores sociais. O reconhecimento destas características da imprensa enquanto registro e função ativa nos processos e conjunturas, exige dos historiadores identificar e utilizar os procedimentos metodológicos mais adequados para no fazer histórico por meio da imprensa.

Métodos de análise e abordagens: limites e problemas

Como destacamos anteriormente, os jornais se tornaram importantes fontes de pesquisa para o conhecimento das sociedades do passado e considerados agentes participantes no interior dos processos em que atuam. No entanto, enquanto as discussões teóricas avançaram e contribuíram para uma maior interpretação dos fatos históricos por meio da imprensa, pouco se tem avançado nos debates metodológicos para o uso destas fontes. Tal constatação pode ser identificada segundo Maria Cruz e Heloisa Peixoto:

Quando estes materiais são utilizados como fontes em nossas atividades de pesquisa e ensino, na maioria das vezes, aparecem como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem. Uma avaliação mais próxima indica que, para além das advertências introdutórias sobre o caráter ideológico do discurso da imprensa, de seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietários e anunciantes, temos avançado pouco na discussão e afirmação de um repertório de procedimentos metodológicos para o seu tratamento. No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa (2007, p. 256).

O destaque pelas historiadoras ao “mau” uso da imprensa periódica reflete uma posição muito comum dos pesquisadores, ao utilizar-se das fontes como simples complementos ou suporte para confirmar ou refutar uma determinada idéia. Vale ressaltar que, os periódicos não são transmissores imparciais e neutros, como outrora foram vistos, o que exige dos pesquisadores aborda-los e relaciona-los com cautela, ao contexto histórico de sua produção, e mantendo-os em constante diálogo com outras fontes e referências.

Outro problema que pode ser destacado são as definições e rotulações generalizantes que os órgãos de imprensa sofrem pelos pesquisadores, que desconsideram as mudanças e transformações, muitas vezes contraditórias, que os

veículos estão sujeitos no decorrer do período de sua circulação. Segundo Maria Capelato:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo de idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. A análise desse documento exige que o historiador estabeleça um diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época (1988, p. 21).

Ao elaborar um trabalho utilizando a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, assim como qualquer outra fonte, o historiador deve em um primeiro momento, estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, é pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias.

Estas considerações implicam em dizer, que um jornal não corresponde e não divulga toda a realidade do meio ao qual se insere, pois ele seleciona, se posiciona, omite, inverte, reverte, manipula, destaca e oculta os fatos e posições conforme seus interesses, muitas vezes, se expressando como porta-voz de toda uma sociedade, quando na realidade está veiculando os anseios de um grupo minoritário. Fatores estes, que não anulam ou reduzem a importância dos periódicos como fontes para o conhecimento das sociedades do passado, mas que expõem seus limites e problemas, exigindo procedimentos teóricos e metodológicos aprofundados para uma análise qualitativa e quantitativa.

Consciente dos alcances, limites e problemas expostos pelos debates teóricos em relação aos jornais como fonte e objeto de pesquisa, o historiador deve

partir para a análise metodológica do periódico, buscando reunir e extrair, em um primeiro momento, o máximo de informações possíveis que possam permitir uma compreensão detalhada acerca do histórico do jornal. Dentre as principais questões que o pesquisador procura responder, é Quem são os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções?

Como descrito pelas historiadoras Maria Cruz e Heloisa Peixoto (2007), é possível seguir um roteiro que oriente os procedimentos para análise dos “conteúdos” do periódico em duas etapas: (1) Identificação do Periódico, (2) Projeto Gráfico/Editorial. A primeira etapa consiste em identificar os elementos básicos da publicação, como título, subtítulo, datas-limites de publicação, periodicidade e classificação na instituição.

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ele assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Já este processo inicial de identificação pode nos fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere as publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade – em nome de quem ou de quais setores fala – geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. [...] Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam (2007, p. 261).

Em um segundo momento, já com as informações básicas do periódico, o pesquisador pode iniciar sua análise pelo projeto gráfico e editorial, pelas formas de organização e a distribuição das matérias, cadernos, notícias, colunas e seções, e seguindo para a identificação dos proprietários, redatores, condições técnicas de produção, tiragens, preços, público, espaços de distribuição e circulação.

Com esta primeira leitura e com a sensibilidade que estas questões encaminham, trata-se também de olhar para algumas outras dimensões da publicação, relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem, a saber: - proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. Aqui não se trata de uma análise meramente formal que identifica nomes de proprietários e de principais anunciantes, pois entendemos que o processo de constituição de tais grupos enquanto grupos editoriais não é exterior, nem anterior ao movimento de produção do próprio periódico. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar quem fala e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças [...] O estudo dos públicos leitores remete aos sujeitos e ao campo de sentidos, no qual atuam: leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças. [...] Índícios e pistas fornecidas pelas tiragens e formas de distribuição do jornal, se articuladas às indagações sobre as marcas da presença dos interesses, valores e perspectivas desses grupos na configuração do projeto editorial, remetem ao diálogo constante com o universo social e ao campo de forças constituído pelo público leitor (2007, p. 263).

Dentre outros procedimentos, busca-se também observar os movimentos e posicionamentos políticos na sociedade ao qual se insere, como os principais temas e campanhas, posicionamentos políticos explícitos e perspectiva histórica.

Por meio destas considerações busca-se demonstrar, que em cada parte dos periódicos, informações relevantes podem ser identificadas e utilizadas para a pesquisa histórica. Embora existam diversos tipos de impressos, com características próprias e peculiares, de grande ou de restrita circulação, em diversos tipos e formatos, os historiadores devem estar aptos ao elaborarem seus trabalhos por meio da imprensa, observando e acompanhando os debates teóricos e metodológicos que envolvem o uso dos jornais como fontes e objetos de pesquisa.

Tais discussões teóricas-metodológicas tem como objetivo aproximar, aprofundar e extrair o máximo conhecimento do historiador em relação a sua fonte, possibilitando uma interpretação mais segura e embasada a partir da própria publicação. O “domínio” da fonte permite ao pesquisador elaborar suas pesquisas e estudos de uma forma mais densa, contribuindo para um melhor diálogo entre fonte, objeto de pesquisa, referências e contexto histórico.

Considerações finais

Nas últimas décadas, como podemos observar, os debates sobre teoria e metodologia acerca da imprensa enquanto fonte e objeto de pesquisa histórica progrediram no interior da historiografia a partir da Nova História. De fontes suspeitas e repositórios da verdade, a imprensa gradativamente passou a ocupar atualmente um papel central na historiografia contemporânea, sendo reconhecida como uma fonte importante para o conhecimento das sociedades do passado e como uma força ativa dentro dos processos e conjunturas ao qual esteve inserida. Os avanços no campo teórico trouxeram contribuições para o campo metodológico, permitindo explorar ao máximo as fontes da imprensa periódica. Estas concepções acerca da imprensa periódica, suas teorias e metodologias, ainda representam um imenso campo a ser debatido e explorado pelos pesquisadores historiadores que contribuiram para novas e diversas possibilidades de interpretações sobre as sociedades do passado.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270, Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acesso em 22 de Fevereiro de 2014.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

FONSECA, Silvia C. P. de Brito e CORRÊA, Maria Letícia (org.) *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Recebido em 20/3/2015/
Aprovado em 25/4/2015.